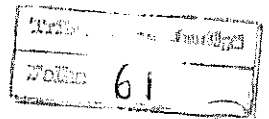


tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação



## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 263/2010

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 2293/2010, em 09/09/2010, torna público para conhecimento dos interessados que às **14h00 (quatorze horas) do dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e dez (21/12/2010)**, na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação, no 1º (primeiro) andar, do Anexo II do Tribunal de Justiça, à Rua 18, nº 508, Setor Oeste, em Goiânia-GO, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, ao Decreto Judiciário nº 409/2003, às disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao(s) processo(s) administrativo(s) nº 3232891/2010.

### PREGÃO PRESENCIAL

#### DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação eletrônica digital, veiculada em displays de LCD, a serem instalados nos ambientes do Tribunal de Justiça e Fóruns de Goiânia e comarcas do interior, conforme especificado no(s) Anexo(s) deste Edital.

#### DOS RECURSOS FINANCEIROS

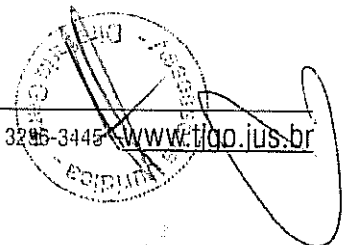
2. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do Programa 0452.02.061.4001.4001.03.20, no elemento de despesa 3.3.90.39.17.

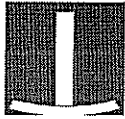
#### DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, através de **petição de impugnação** devidamente encaminhada ao **Protocolo Administrativo** do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

4. Não será admitida a impugnação do Edital via fax ou e-mail.

5. Caberá ao Pregoeiro, decidir sobre a petição de impugnação **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, após seu recebimento.





6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## DA PARTICIPAÇÃO

7. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seu(s) anexo(s) e ainda, aqueles que contiverem no seu ramo de atividade, inserido no contrato social em vigor, a faculdade para a comercialização de produtos semelhantes ao objeto desta licitação.

8. A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital e seu(s) Anexo(s) e o pleno conhecimento dos regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

9. Não será admitida nesta licitação a participação de firmas suspensas para licitar e/ou declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público.

10. O Edital e Anexo encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 1º (primeiro) andar, do Anexo II do Tribunal de Justiça, à Rua 18, nº 508, Setor Oeste, Goiânia-GO, ou pelo site [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br).

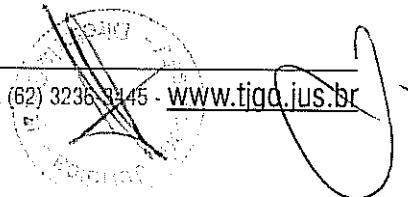
## DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

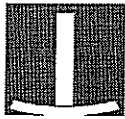
11. A proponente deverá fazer-se apresentar para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro através de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

12. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com amplos poderes, acompanhado de cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

13. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

14. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, que lhe confira poderes para tanto, devendo identificar-se, exibindo cédula de identidade ou outro documento equivalente.





15. Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma firma proponente.

16. Caso a proponente tenha interesse em valer-se das prerrogativas conferidas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de proposta de preços, "Declaração de Enquadramento" devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, no presente exercício. A não apresentação destes documentos implica na decadência do direito ao benefício concedido pela LC nº 123/06.

17. No que tange à comprovação da qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte não será aceita outra documentação senão aquela emitida e/ou certificada (deferida) pela Junta Comercial competente, consoante determinação do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 22/05/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

18. A documentação referida nos itens acima deverá atestar expressamente que a licitante enquadra-se na qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte conforme as condições preconizadas na Lei Complementar nº 123/06.

## DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

19. As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, "A" - **Proposta de Preço** e "B" - **Documentos de Habilitação**, devidamente fechados e rubricados no fecho.

20. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa os seguintes dizeres:

- a) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ANEXO II, RUA 18, nº 508, 1º ANDAR, SETOR OESTE – GOIÂNIA-GO;
- b) NÚMERO DO PREGÃO;
- c) RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.

## DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE A)

21. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa, em papel timbrado da empresa ou em folhas brancas, formato A4, com indicação do CNPJ da empresa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e terá validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da sua apresentação. Caso não seja indicado o prazo, considerar-se-á válida a proposta por 60 (sessenta) dias.





**22. Na proposta deverá constar:**

- a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver;
- b) valores totais mensal e anual, levando-se em consideração a discriminação dos serviços constantes do termo de referência;
- c) especificação completa dos serviços, indicação dos equipamentos e respectivas marcas, e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização do(s) serviço(s) ofertados;
- d) prazo de validade da proposta que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização do pregão, sendo que a ausência dessa indicação será entendida, para todos os efeitos, como aceitação tácita;
- e) data e assinatura da proponente.

**23.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e Anexos(s), sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que impossibilitem a exata compreensão do conteúdo da proposta.

**24.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

**25.** O preço proposto deverá ser líquido e irrevogável, estando nele inclusos frete, tributos, encargos sociais, demais despesas e os abatimentos e/ou descontos porventura concedidos pela licitante que, quando não indicados serão considerados inclusos no valor da proposta.

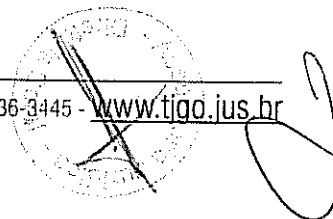
**26.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

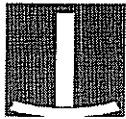
## DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

**27.** A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação será pública, dirigida pelo Pregoeiro designado para o evento e realizada de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Judiciário nº 409/03 e em conformidade com este Edital e seu(s) Anexo(s).

**28.** No dia, horário e local marcados, antes do início da sessão, as proponentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poder para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do presente certame, conforme disposição da Lei 10.520/2002.

**29.** Após a abertura de um dos envelopes contendo proposta de preços, não mais serão admitidas novas proponentes, salvo com a anuência de todas as empresas





participantes.

30. Após o início da sessão, serão abertos inicialmente os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio.

## DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

31. Abertas as propostas, o Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO** e aquelas com valores **superiores em até 10% (dez por cento)** da proposta de menor preço. Não se observando o mínimo de 03 (três) propostas nas condições mencionadas, serão classificadas as melhores propostas de preços subsequentes, **até o máximo de 03 (três)**, incluindo-se aí a de menor valor, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços então apresentados, conforme disposto na Lei 10.520/2002.

32. Às proponentes classificadas conforme o item anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

33. A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída do certame.

34. Não será permitido aos representantes das empresas classificadas, durante a realização do pregão, a utilização de aparelhos celulares ou rádios de comunicação.

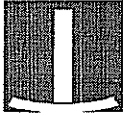
35. Antes de iniciada a fase de lances, será estipulado pelo Pregoeiro, em comum acordo com as licitantes presentes, o valor mínimo a ser ofertado por lance, caso esse não esteja definido no Edital.

36. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

37. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

38. Em caso de participação de licitante que detenha a condição de MICROEMPRESA ou de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e



empresas de pequeno porte, após o encerramento da fase de lances, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**b)** somente se aplicará o critério acima estabelecido quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**39.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**b)** não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**40.** Não havendo o empate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**41.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

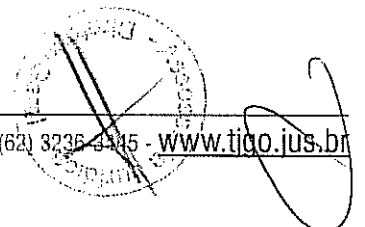
**42.** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de Habilitação contendo os documentos exigidos para o presente Pregão.

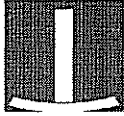
**43.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital.

**44.** Habilitada a licitante vencedora, o Pregoeiro solicitará ao seu representante, que firme declaração, constando o preço final ofertado (unitário e total) para cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, com apenas duas casas decimais após a vírgula e por extenso, a qual integrará a Carta Proposta.

**45.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido neste Edital.

**46.** No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.





47. Não havendo lances ou encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço menor.

48. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitante(s) vencedora(s). Será facultada a assinatura da referida ata à equipe de apoio e às demais licitantes.

49. Encerrada a reunião e observando-se alteração quanto ao valor da proposta original em relação ao valor final proposto pela licitante ao fim dos lances verbais e da negociação direta com o Pregoeiro, a firma vencedora deverá apresentar, à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, em, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, proposta atualizada, sob pena de convocação das licitantes subsequentes na ordem de classificação.

50. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

## DA DOCUMENTAÇÃO

51. Para habilitação, a licitante deverá apresentar a documentação abaixo discriminada, colocada na ordem seqüencial deste Edital.

52. O envelope "B" (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) deverá conter:

### 52.1. documentação relativa à habilitação jurídica:

a) Comprovante de registro cadastral (CRC), fornecido pelo Tribunal de Justiça de Goiás ou qualquer órgão público ou entidade municipal, estadual, distrital ou federal, sendo aceito, também, o cadastro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedor), não isenta a licitante da apresentação dos demais documentos exigidos;

b) prova de constituição da empresa, apresentada da seguinte forma:

- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

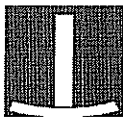
- inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;

- decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, se a atividade relativa ao objeto desta licitação assim o exigir.

### 52.2. relativos à regularidade fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);





b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal do domicílio ou sede da firma interessada mediante Certidão da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Certidão de Quitação de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da firma interessada, mediante Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

f) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada, mediante Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;

### 52.3. relativos à qualificação técnica:

a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, mencionando que a proponente presta ou prestou serviços, de forma satisfatória, com características semelhantes ao objeto deste Edital, devendo constar, de forma clara, o número do contrato e o tempo de duração;

b) para atender a exigência da alínea "b", deverá ser comprovado, no somatório dos atestados, a prestação, de serviços de comunicação eletrônica digital, com transmissão em tempo real, através de 60% (sessenta por cento) do quantitativo de pontos constantes do objeto licitado;

c) não serão aceitos atestados de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços temporários para a totalização dos quantitativos exigidos na alínea "b".

### 52.4. qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa, emitida num período máximo de sessenta (60) dias anteriores à data de realização do certame;

**52.5. Declaração da fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:**

**"Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa".**





**52.6.** O proponente deverá declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame.

**52.7.** declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, alterada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

**“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a esse Tribunal.”**

**53.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

**54.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente Edital e seu(s) Anexo(s).

**55.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

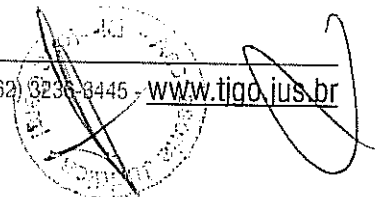
**56.** Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente, salvo se possível a atualização e impressão do mesmo, via internet.

**57.** Havendo qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

**58.** a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não será considerada como documento concernente à regularidade fiscal para fins do item anterior.

**59.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

**60.** Após a análise da documentação, os membros da Equipe de Apoio e o





Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

## DOS RECURSOS

**61.** Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em ata da síntese das suas razões, sendo-lhe, desde já, concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**62.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

**63.** Não serão conhecidos recursos interpostos intempestivamente ou aqueles enviados via fax.

**64.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, 1º (primeiro) andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, à Rua 18, nº 508, Setor Oeste, Goiânia-GO.

## DA ADJUDICAÇÃO

**65.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

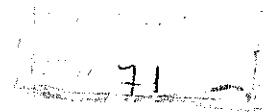
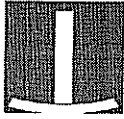
## DO EMPENHO

**66.** À empresa vencedora será concedido prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Divisão de Compras, sob pena de decair o direito de fornecimento.

**67.** A empresa vencedora, para aceitar e receber a Nota de Empenho, poderá solicitar expressamente à Divisão de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás o seu envio, via fax.

**68.** A recusa injustificada da vencedora em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

**69.** É facultado ao Tribunal de Justiça, quando o convocado não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o



fornecimento, no prazo e condições por ele propostas.

## DOS SERVIÇOS

**70.** Os serviços serão iniciados no primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato.

## DO CONTRATO

**71.** Constitui parte integrante deste edital a minuta contratual, que poderá ser alterada quando da assinatura do contrato, acrescentando ou suprimindo cláusulas e/ou parágrafos, para sua adequação.

**72.** Fica a licitante vencedora, após a homologação do procedimento licitatório, convocada a assinar o termo contratual no prazo de 3 (três) dias úteis, em conformidade com o disposto no art. 64 da Lei nº 8.666/93.

**73.** No caso da não retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás convocará as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições por ela propostos, estando o adjudicatário sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor adjudicado e suspensão pelo prazo de 2 (dois) anos de contratar com o Tribunal de Justiça.

**74.** Os serviços serão executados por um período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/1993.

**75.** Os preços contratados são fixos e irremovíveis, admitindo-se a repactuação (revisão) do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta vencedora da licitação.

**76.** Será admitido, por acordo das partes, reajuste, em períodos inferiores a um ano, quando, comprovadamente, ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 65, II, letra "d".

**77.** Se quando da emissão da nota de empenho, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.





78. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

## DO PAGAMENTO

79. O pagamento será feito mensalmente, até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente além do comprovante de recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS, devidamente pago, correspondente aos serviços prestados a cada comarca, referente ao mês anterior ao pagamento e/ou documento de arrecadação do ISS para que o Tribunal de Justiça possa efetuar a retenção e o recolhimento do tributo.

80. No final do contrato, a última Nota Fiscal será paga após a juntada do recolhimento do ISS do mês anterior ao serviço prestado, bem como do comprovante do recolhimento dessa Nota Fiscal apresentada.

81. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*, ou por outro índice substitutivo pactuado em comum acordo entre as partes.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

82. Prestar o(s) serviço(s) em conformidade com o estabelecido no Edital e anexo(s).

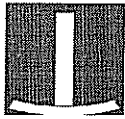
83. Iniciar a prestação dos serviços no primeiro dia útil subsequente a assinatura do contrato.

84. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

85. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

86. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação de serviços.



87. Efetuar, através do Centro de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos serviços.

88. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do Edital e Anexo(s).

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

89. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, incidente sobre o valor do material não entregue;

c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Tribunal de Justiça, por período de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses e nos termos da lei 10.520/2002;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93.

90. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do objeto deste contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério do Tribunal de Justiça, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

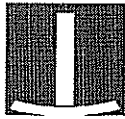
91. As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA existente no TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em favor deste último. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

92. As penalidades e suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário de Justiça Eletrônico e jornal de grande circulação local.

## RESCISÃO CONTRATUAL

93. Ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA é conferida a prerrogativa de rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrerem os casos previstos no artigo 78, da Lei nº 8.666/93.





## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**94.** É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**95.** Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida, nos termos do art. 2º do Decreto Judiciário nº 409/03 c/c art. 11, inciso XIII, do Decreto Federal nº 3.555/00, a apresentação de documentação atualizada e regularizada na própria sessão, desde que a sua produção seja de fácil realização.

**96.** A inclusão de documentos durante a sessão será admitida desde que seja necessária a realização de diligência para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

**97.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

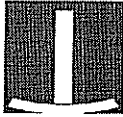
**98.** Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

**99.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tribunal de Justiça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

**100.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**101.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**102.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.



**103.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**104.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição do objeto licitado.

**105.** A ata referente à sessão pública deste certame, além da publicação de seu extrato no Diário de Justiça Eletrônico, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos e as respostas a eventuais pedidos de esclarecimento serão divulgados, para conhecimento público, na internet no site <http://www.tjgo.jus.br>, na página **Licitação/Relatório 2010**.

**106.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e anexo deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no 1º (primeiro) andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, Rua 18, nº 508, Setor Oeste, Goiânia/GO, pelo fax (0xx62) 3236-3445, ou telefone (0xx62) 3236-3443.

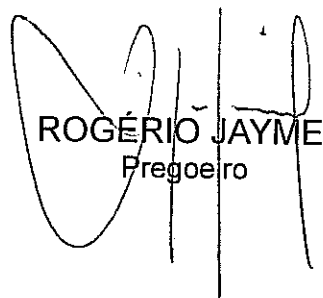
**107.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02 e do Decreto Federal nº 3.555/00.

**108.** As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito.

**109.** O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO, estando a Secretaria à disposição dos interessados para maiores informações, no horário de 08h00 às 17h00, pelo fax (062) 3236-3445 ou telefone (062) 3236-3443, ou pela internet, no endereço [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)

Goiânia, 1º de dezembro de 2010.

  
ROGÉRIO JAYME  
Pregoeiro



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

Tribunal de Justiça  
Folha 76

## ANEXO I

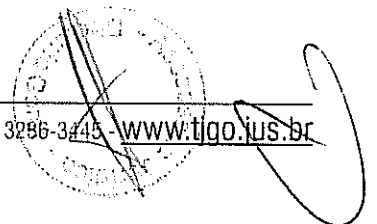
### EDITAL Nº 263/2010 – PREGÃO PRESENCIAL

#### MINUTA CONTRATUAL

Contrato para prestação de serviços de comunicação eletrônica digital, veiculada em displays de LCD, a serem instalados nos ambientes do Tribunal de Justiça e Fóruns de Goiânia e comarcas do interior, que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS e a empresa \_\_\_\_\_.

Pelo presente contrato firmado à vista dos autos nº \_\_\_\_\_, e do Despacho Homologatório nº \_\_\_\_/2010, fls. \_\_\_\_\_, da Licitação nº 263/2010, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, situado na Av. Assis Chateaubriand, nº195, Setor Oeste, cidade de Goiânia-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.050.330/0001-17, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Geral, José Izecias de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, e a firma \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, Portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, têm entre si justo e combinado o presente contrato, oriundo da licitação realizada, conforme Edital nº 263/2010, na modalidade Pregão, na forma presencial, sob sujeição das normas da Lei Federal nº 10.520 de 17/06/2002 e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 com suas alterações posteriores e observadas as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de prestação de serviços de comunicação eletrônica digital, veiculada em displays de LCD, a serem instalados nos ambientes do Tribunal de Justiça e Fóruns de Goiânia e comarcas do interior.







**CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços constantes da cláusula anterior em conformidade com o estipulado no termo de referência, anexo do Edital de Pregão nº 263/2010.

**CLÁUSULA TERCEIRA – São obrigações da CONTRATANTE**

- I. Definir o modelo de comunicação a ser implantado, mediante proposta apresentada pelo fornecedor contratado;
- II. Escolher os portais de notícias que serão utilizados para a execução dos serviços;
- III. Participar da elaboração e aprovar a grade de programação;
- IV. Fornecer o noticiário interno, e as peças institucionais a serem publicadas na rede;
- V. Permitir à retirada dos equipamentos e materiais de propriedade da Contratada, ao final do contrato, ressalvadas as hipóteses previstas em contrato;
- VI. Aprovar o projeto de implantação do sistema a ser instalado, e acompanhar toda a execução dos serviços no decorrer da instalação do sistema;
- VII. Fornecer a energia elétrica para alimentação das telas e dos computadores instalados nos diversos ambientes indicados pelo TJGO, cujas despesas com a ligação (material e mão de obra) entre o ponto de energia e os equipamentos serão de inteira responsabilidade do fornecedor;
- VIII. Embora estejam instalados em ambientes do TJGO, este não se responsabilizará por eventuais avarias ou outros infortúnios nos equipamentos a serem instalados, causados por terceiros ou servidores; devendo a contratada, caso queira, providenciar contrato de seguro para garantia de seus equipamentos.

**CLÁUSULA QUARTA – São obrigações da CONTRATADA**

- I. Fornecer **em regime de comodato** todos os equipamentos necessários, tais como: telas de LCD atual, disponível no mercado, máscaras de acrílico, computadores com configuração compatível com os serviços a serem executados, cabos de vídeo, baluns, distribuidores de vídeo, terminais, suportes de teto ou de parede conforme o caso, material elétrico e demais materiais necessários à prestação do serviço;
- II. Instalar todo o sistema, de acordo com projeto de implantação/execução previamente aprovado pelo TJGO;
- III. Operar o sistema durante todo o período contratado e em horários pré-estabelecidos, pelo Centro de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, através de exibição de informações em tempo real, de veiculação de todo o conteúdo interno corporativo, e a disponibilização de conteúdo externo noticioso e de entretenimento, de livre escolha do Tribunal, dentre os maiores portais de notícias da



América Latina, apresentados na sua proposta;

**IV.** Prestar os serviços necessários de manutenção da infra-estrutura e nos equipamentos, mantendo-os sempre em boas condições de trabalho e em permanente atualização tecnológica.

**V.** Efetuar o monitoramento do sistema com emissão de relatórios mensal de ocorrências, e execução de ações de manutenção continuada em todos os segmentos do sistema (conectividade, servidores, software) para assegurar plena disponibilidade do conteúdo do fornecedor.

**VI.** Retirar os equipamentos no final do contrato, deixando em perfeitas condições os ambientes onde for instalado o sistema, ressalvada hipótese a ser prevista em contrato de que se houver prorrogação contratual até o limite estabelecido no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, todo o acervo constantes de telas, computadores, cabos, conexões, passarão para o patrimônio do TJGO, sem que caiba ao fornecedor quaisquer indenizações;

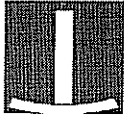
**VII.** Realizar a manutenção e reposição de equipamento e infra-estrutura necessária para a prestação do serviço, sem ônus para a contratante, assim como as licenças de uso de softwares.

**CLÁUSULA QUINTA** – O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma estabelecida pelo artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com modificações posteriores.

**CLÁUSULA SEXTA** – Os valores contratados são fixos e irremovíveis, aplicando-se as disposições da Lei 10.192/2001.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância mensal de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), até, no máximo, o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação da fatura correspondente, acompanhada da comprovação de quitação dos encargos fiscais e parafiscais, correspondentes ao mês da última competência vencida, considerados os valores estabelecidos na planilha demonstrativa do custo total mensal dos serviços, apresentada quando da realização do certame.

§ 1º - O pagamento será feito mensalmente, até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços objeto desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente além do comprovante de recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS, devidamente pago, correspondente aos serviços prestados a cada comarca, referente ao mês anterior ao pagamento e/ou documento de arrecadação do ISS para que o Tribunal de Justiça possa efetuar a retenção e o recolhimento do tributo.



§ 2º - No final do contrato, a última Nota Fiscal será paga após a juntada do recolhimento do ISS do mês anterior ao serviço prestado, bem como do comprovante do recolhimento dessa Nota Fiscal apresentada.

§ 3º - Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*, ou por outro índice substitutivo pactuado em comum acordo entre as partes.

**CLÁUSULA OITAVA** - A despesa decorrente deste contrato, correrá, neste exercício, à conta da Dotação Orçamentária nº \_\_\_\_\_, do Elemento de Despesa nº \_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA NONA** - Ao presente contrato ficam vinculados, como se transcritos fossem, o Edital de Licitação nº 263/2010, na modalidade pregão, e seus respectivos anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

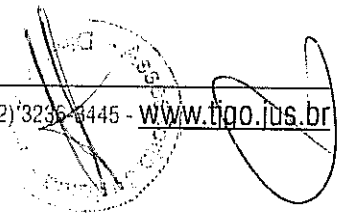
I – unilateralmente pela Administração:

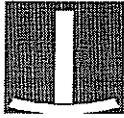
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo das partes:

- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, quanto





às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Constitui motivo de rescisão deste contrato qualquer uma das ocorrências previstas no art. 78, que se efetivará na forma estabelecida no art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo único** - No caso de rescisão do presente contrato, a **CONTRATADA** deverá garantir a prestação dos serviços, nos termos aqui contratados, até que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás promova a contratação de outra firma.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Pela inexecução total ou parcial deste contrato, poderá o **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- I) advertência;
- II) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento), calculada e descontada da parcela mensal a vencer;
- III) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto permanecem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o **CONTRATANTE**, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, sendo aplicadas, se necessário, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 ou, se for o caso, a legislação comum.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Fica designado como gestor do presente contrato a Diretora do Centro de Comunicação Social, com o apoio do Diretor do Departamento de Gestão de Convênios e Contratos do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que porventura surgirem em decorrência da execução do presente contrato.

E, por estarem justas e combinadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante testemunhas abaixo.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

81

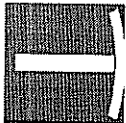
PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos \_\_\_\_\_ dias  
do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2010.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA  
Diretor Geral do Tribunal de Justiça de Goiás  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

## ANEXO II

### EDITAL Nº 263/2010 – PREGÃO PRESENCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR ANUAL
01	<p>Contratação, pelo período de 12 (doze) meses, de empresa especializada na execução dos serviços de comunicação eletrônica digital (referente a projeto, implantação e manutenção), veiculada em displays de LCD, a serem instalados nos ambientes do Poder Judiciário de Goiás, em Goiânia e Comarcas do interior do Estado, conforme Termo de Referência às folhas 30 – 39 e Despacho nº 09/2010 – CCS às folhas 52/53:</p> <p>Prestação mensal dos serviços de manutenção do sistema de comunicação eletrônica digital, incluindo: disponibilização de 77 (setenta e sete) telas de LCD de última geração, computadores, suportes dos monitores, cabos, periféricos e materiais necessários na infra-estrutura de instalação; publicação em tempo real de todo o material institucional (conteúdo interno) disponibilizado pelo TJGO; disponibilização do software durante o período contratual; disponibilização do conteúdo externo, fornecido por portal de livre escolha do TJGO, com base na proposta apresentada pelo fornecedor, contemplando noticiário local, regional e nacional; operação do canal no horário determinado pelo TJGO, durante a vigência do contrato.</p> <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O valor estimado para os serviços de manutenção do sistema de comunicação eletrônica digital, corresponde a um custo mensal de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), por painéis;</li><li>• Total de: 77 painéis.</li></ul>	1.500,00	115.500,00	1.386.000,00

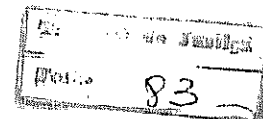
Goiânia, 1º de dezembro de 2010.

ROGÉRIO JAYME  
Pregoeiro



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação



## ANEXO III

EDITAL Nº 263/2010 – PREGÃO PRESENCIAL

### TERMO DE REFERÊNCIA

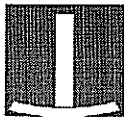
**Normas regulamentadoras:**

- § 2º do art. 7º, da Lei Federal nº 8666/93;
- Decreto Judiciário nº 1540/2008

O presente processo tem por objetivo contratar empresa especializada na prestação de serviços de comunicação eletrônica digital.

**Campos (1 a 15):**

- \*(01) Objeto
- \*(02) Motivação
- \*(03) Especificações técnicas
- \*(04) Prazo, local e condições de entrega ou execução
- (05) Prazo e condições de garantia
- \*(06) Responsável pelo recebimento, telefone e e-mail
- (07) Obrigações da contratante
- (08) Obrigações da contratada
- \*(09) Critério de avaliação das propostas
- (10) Valores referenciais de mercado
- (11) Resultados esperados



## EXPLICITAÇÃO DE CADA CAMPO DO TERMO DE REFERÊNCIA

### \*(01) Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação eletrônica digital, veiculada em displays de LCD, a serem instalados nos ambientes do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e nos Fóruns da Comarca de Goiânia e outras comarcas localizadas no Estado.

### \*(02) Motivação

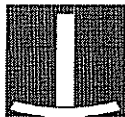
O presente serviço tem como objetivo aperfeiçoar a comunicação interna deste Poder Judiciário, tendo como público-alvo prioritário desembargadores, magistrados, juízes, diretores de área e servidores em todos os âmbitos, os operadores do direito e o público em geral, com a veiculação nos monitores, parte do objeto desta contratação, de notícias do Judiciário em tempo real, servindo como um canal de informação e entretenimento para o usuário que percorre os ambientes do Poder Judiciário em busca de serviços ou contatos com servidores e/ou autoridades da Justiça.

O sistema de comunicação digital a ser instalado deverá ser adaptável à realização de teleconferências, oportunizando a logística de implantação de cursos de aperfeiçoamento dos servidores do judiciário.

O serviço almejado tem por objetivo demonstrar ao público com acesso às dependências do Poder Judiciário, os trabalhos realizados pelo TJGO, pelas Diretorias do Tribunal, pelas diversas Câmaras Cíveis e Criminais, pelos Juízes e demais áreas da Justiça em Goiás, proporcionando interatividade do Judiciário com o cidadão, oportunizando informativos noticiosos e institucionais de interesse público, de caráter sócio-cultural, de alcance local e regional, através de ações que deverão ser desenvolvidas e/ou aptas pela empresa a ser contratada.

Destina-se também a atender a Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2.009, oportunizando o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, deste Poder.





**\*(03) Especificações técnicas**

O fornecedor a ser contratado deverá estar apto a desenvolver e implementar de maneira **completa** o projeto, cumprindo os seguintes itens:

**Desenvolvimento de modelo de comunicação, criação, produção e gestão de conteúdo:**

Produção de conteúdo em texto;  
Criação e desenvolvimento de peças digitais em 2D;  
Criação e desenvolvimento de peças digitais em 3D (grau médio de dificuldade), a ser fornecido por demanda;  
Edição de filmes prontos, sob demanda;  
Legendagem de filmes prontos de até 30", por demanda;  
Adaptação de mídias;  
Disponibilização de conteúdo noticioso e de entretenimento, a partir de portal da internet, formatado para o canal;  
Filtragem e publicação do conteúdo nacional e regional de acordo com a disponibilidade do portal;  
Atualizações do conteúdo em tempo real;  
Segmentação de conteúdo por local, grupo de locais, regional ou cidade;  
Veiculação de conteúdo de treinamento pré-gravado;  
Gestão e consultoria de conteúdo;

**Desenvolvimento, implantação e gerenciamento da tecnologia de transmissão:**

Desenvolvimento de solução tecnológica através de sistema on-line com gerenciador de conteúdo que possibilite a publicação segmentada por ponto;  
Fornecimento da conexão ou link\* a ser utilizado para atualização remota de conteúdo;  
Instalação de sistema com saída de áudio;  
Fornecimento e instalação dos equipamentos necessários, incluindo CPUs, as TVs de LCD, 17"/42", de cor preta e os suportes de parede ou teto para os pontos indicados pelo TJGO, **em regime de comodato**;  
Instalação do equipamento necessário em todos os pontos, incluindo CPUs, suportes, fixadores, cabeamento e periféricos;  
Instalação de sistema de monitoramento remoto do funcionamento para acompanhamento de equipe interna do TJGO;  
Gerenciamento da Segurança de Informação dos pontos instalados, incluindo o fornecimento dos softwares para proteção da rede.

\*A conexão ou link deverá ser previamente aprovado pelo Tribunal e será de responsabilidade do fornecedor. Em nenhuma hipótese o fornecedor poderá utilizar o



link do Tribunal para outros fins que não seja a TV Corporativa do TJGO.

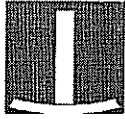
**Serviço de suporte e manutenção do equipamento (hardware e software):**

Monitoramento e gerenciamento remoto do funcionamento dos sistemas;  
Manutenção permanente (preventiva e corretiva) dos equipamentos fornecidos, incluindo substituições de peças e periféricos defeituosos sem ônus adicional para o TJGO;  
Reposição de equipamento em conserto ou danificado definitivamente;  
Serviço de suporte ao usuário, de 2ª a sexta feira, das 8h às 18h, através de linha telefônica exclusiva, para receber demanda e direcionar o atendimento;  
Geração de relatórios mensais de ocorrências técnicas;  
Atualização tecnológica periódica para aprimoramento da solução;  
Implementação constante de melhorias técnicas em hardware e software;

**Exigências**

Para participar da concorrência as empresas deverão apresentar detalhadamente:

Projeto de tecnologia e de instalação para os serviços para a implantação da TV Corporativa, informando: software, plataforma, hardware, conexão/link, infra-estrutura, etc);  
Apresentar credenciais que comprovem os níveis de segurança de rede e proteção da informação. A plataforma deve impossibilitar a entrada de informações que não tenham sido previamente aprovadas pelo TJGO;  
Apresentação de lista de clientes atuais (mínimo de 3), com contatos e descrição do projeto implementado, compatível com o objeto desta contratação;  
Demonstração de produção e veiculação de conteúdo: exemplificar através de "vídeo demo" o tipo de produção de conteúdo (layout, vinhetas, animações) capaz de fazer, e publicar em até 30 (trinta) minutos texto fornecido pela Diretoria de Comunicação no momento que anteceder a esta apresentação.;  
Apresentação de no mínimo (três) contratos com fornecedores de conteúdo noticioso e de entretenimento, para que o Tribunal possa escolher o que melhor lhe convier;  
Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, passado (s) por entidade (s) pública (s) ou privada (s), que comprove (m) que o fornecedor executa ou tenha executado em nível satisfatório, serviços de comunicação eletrônica digital, com transmissão em tempo real, via internet, em pontos (telas) que representem no mínimo 60 % (sessenta por cento) dos quantitativos de pontos (telas) contidos na presente contratação.



**\*(04) Prazo, local e condições de entrega ou prestação/execução**

**Prazo de implantação:**

O prazo de implantação do projeto é de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da ordem de serviço;

O TJGO, poderá a seu exclusivo critério, emitir ordens de serviços parciais;

A instalação de todo o equipamento e infra-estrutura\* necessária para implementação do projeto de responsabilidade do fornecedor, deverá ser previamente agendada e autorizada pelo TJGO, de acordo com a(s) ordem (ns) de serviço (s) serem emitidas;

a. Inclui software, hardware, link, cabeamento, TV, suporte de parede etc.

**Guia de manutenção:**

O fornecedor deverá encaminhar guia completo de orientações básicas necessárias para utilização e manutenção dos equipamentos. Este documento deverá ser entregue no momento da instalação dos equipamentos. O guia deverá contemplar as seguintes informações:

Telefone de contatos para resolução de problemas com hardware e software.

Orientações e procedimentos (o que deve e o que não deve ser feito) para o correto funcionamento do equipamento.

**(05) Prazo e condições de garantia**

O fornecedor deverá se comprometer com os seguintes prazos de atendimento:

**Atualização de conteúdo:**

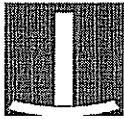
Prazos fornecidos sob demanda;

**Equipamento e infra-estrutura:**

Prazo para agendamento da visita após abertura de chamado: 4 horas;

Prazo para solução total: 24 horas para no mínimo 85% da rede e 48 horas para 15% da rede – quando não possível por algum fator externo, o diagnóstico e o prazo para solução do defeito deve ser comunicado em até 24 horas;

**Software e link:**



Prazo para agendamento da visita após abertura de chamado: 4 horas  
Prazo para solução total: 24 horas para no mínimo 85% da rede e 48 horas para 15% da rede – quando não possível por algum fator externo, o diagnóstico e o prazo para solução do defeito deve ser comunicado em até 24 horas

Observações: Prazos estabelecidos a partir da solicitação formal pelo telefone, fax e/ou e-mail.

Nos casos em que for necessária a retirada do equipamento para vistoria detalhada o mesmo deverá ser substituído por outro em boas condições até que o equipamento retorne, sem ônus adicional para o TJGO.

#### **Garantia:**

O fornecedor dos serviços de comunicação digital corporativo, a ser contratado, deverá declarar expressamente, ciência de que os equipamentos (hardware), o software a ser utilizado, os materiais de infra-estrutura serão de sua inteira responsabilidade, bem como a manutenção e reposição de equipamento e materiais de infra-estrutura, durante a vigência do contrato, assim como as licenças de uso de softwares.

\*(06) Responsável pelo recebimento, endereço eletrônico e telefone

Diretora do Centro de Comunicação Social, Eliani de Fátima Covem Queiroz. E-mail: [efcqueiroz@tjgo.jus.br](mailto:efcqueiroz@tjgo.jus.br). Fone: (62) 3216-2065 e 3212-4715.

#### **(07) Obrigações da contratante**

Ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás obriga-se a:

Definir o modelo de comunicação a ser implantado, mediante proposta apresentada pelo fornecedor contratado;

Escolher os portais de notícias que serão utilizados para a execução dos serviços;

Participar da elaboração e aprovar a grade de programação;

Fornecer o noticiário interno, e as peças institucionais a serem publicadas na rede;

Permitir a retirada dos equipamentos e materiais de propriedade da Contratada, ao final do contrato, ressalvadas as hipóteses previstas em contrato;



Aprovar o projeto de implantação do sistema a ser instalado, e acompanhar toda a execução dos serviços no decorrer da instalação do sistema;

Fornecer a energia elétrica para alimentação das telas e dos computadores instalados nos diversos ambientes indicados pelo TJGO, cujas despesas com a ligação (material e mão de obra) entre o ponto de energia e os equipamentos serão de inteira responsabilidade do fornecedor;

Embora estejam instalados em ambientes do TJGO, este não se responsabilizará por eventuais avarias ou outros infortúnios nos equipamentos a serem instalados, causados por terceiros ou servidores; devendo a contratada, caso queira, providenciar contrato de seguro para garantia de seus equipamentos.

#### (08) Obrigações da contratada

O fornecedor a ser contratado obriga-se a:

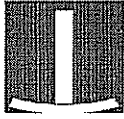
Fornecer **em regime de comodato** todos os equipamentos necessários, tais como: telas de LCD atual, disponível no mercado, máscaras de acrílico, computadores com configuração compatível com os serviços a serem executados, cabos de vídeo, baluns, distribuidores de vídeo, terminais, suportes de teto ou de parede conforme o caso, material elétrico e demais materiais necessários á prestação do serviço;

Instalar todo o sistema, de acordo com projeto de implantação/execução previamente aprovado pelo TJGO;

Operar o sistema durante todo o período contratado e em horários pré-estabelecidos, pelo Centro de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, através de exibição de informações em tempo real, de veiculação de todo o conteúdo interno corporativo, e a disponibilização de conteúdo externo noticioso e de entretenimento, de livre escolha do Tribunal, dentre os maiores portais de notícias da América Latina, apresentados na sua proposta;

Prestar os serviços necessários de manutenção da infra-estrutura e nos equipamentos, mantendo-os sempre em boas condições de trabalho e em permanente atualização tecnológica.

Efetuar o monitoramento do sistema com emissão de relatórios mensal de ocorrências, e execução de ações de manutenção continuada em todos os segmentos do sistema (conectividade, servidores, software) para assegurar plena disponibilidade do conteúdo do fornecedor.



Retirar os equipamentos no final do contrato, deixando em perfeitas condições os ambientes onde for instalado o sistema, ressalvada hipótese a ser prevista em contrato de que se houver prorrogação contratual até o limite estabelecido no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, todo o acervo constantes de telas, computadores, cabos, conexões, passarão para o patrimônio do TJGO, sem que caiba ao fornecedor quaisquer indenizações;

Realizar a manutenção e reposição de equipamento e infra-estrutura necessária para a prestação do serviço, sem ônus para a contratante, assim como as licenças de uso de softwares.

**\*(09) Critério de avaliação das propostas**

Menor preço global.

**Apresentação de propostas:**

A proposta a ser apresentada pelo fornecedor, por ocasião do processo licitatório, deverá conter:

Valor a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJGO, pelos serviços a serem prestados na construção do canal corporativo compreendendo:

Desenvolvimento do canal de comunicação;  
Criação de 12 templates;  
Formatação da grade de programação;  
Desenvolvimento do Publicador;

Valor a ser pago mensalmente pelo TJGO, pela prestação dos seguintes serviços:

Disponibilização dos equipamentos tais como: Telas de LCD de 17/42 polegadas, de última geração, computadores, suportes dos monitores, cabos, periféricos e materiais necessários na infra-estrutura de instalação;  
Publicação em tempo real de todo o material institucional (conteúdo interno) disponibilizado pelo TJGO;  
Disponibilização do software durante o período contratual;  
Disponibilização do conteúdo externo, fornecido por portal de livre escolha do TJGO, com base na proposta apresentada pelo fornecedor, contemplando noticiário local, regional e nacional;  
Operação do canal no horário determinado pelo TJGO;



### (10) Valores referenciais de mercado

A estimativa de custos para a implantação da comunicação eletrônica digital, dos serviços de desenvolvimento do canal, criação de 12 templates, formatação da grade de programação e desenvolvimento do publicador é de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pagos uma só vez**, após a sua execução.

A estimativa de **custos mensais** para a disponibilização dos equipamentos, dos computadores, dos suportes dos monitores, de cabos, dos periféricos e materiais necessários na infra-estrutura de instalação, bem como dos serviços de manutenção; dos serviços de publicação em tempo real de todo o material institucional (conteúdo interno) disponibilizado pelo TJGO; da disponibilização do software durante o período contratual; do acesso a internet, da disponibilização do conteúdo externo, fornecido por portal de livre escolha do TJGO, e da operação do canal no horário determinado pelo TJGO, é de **R\$ 1.503,00 (um mil e quinhentos e três reais)**, pagos mensalmente. Abaixo segue quadro demonstrativo e detalhado dos custos mensais por tela instalada.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS	VALOR EM REAIS POR TELA/MÊS
Gastos com Pessoal de Operação/Manutenção do Sistema	R\$ 343,00
Gastos com Manutenção de Equipamentos	R\$ 85,00
Encargos Trabalhistas	R\$ 178,00
Impostos (FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS)	R\$ 240,00
Royalties	R\$ 225,00
Taxa de Utilização de Software (licença)	R\$ 50,00
Acesso a Internet (LINK)	R\$ 65,00
Gastos Administrativos	R\$ 92,00
Rentabilidade e Remuneração do Capital Investido	R\$ 150,00
Outros custos - diversos	R\$ 75,00
<b>TOTAL GERAL POR TELA/MÊS</b>	<b>R\$ 1.503,00</b>

### (11) Resultados esperados

O serviço almejado tem por objetivo demonstrar ao público com acesso às dependências do Poder Judiciário, os trabalhos realizados pelo TJGO, pelas Diretorias do Tribunal, pelas diversas Câmaras Cíveis e Criminais, pelos Juízes e demais áreas da Justiça em Goiás, proporcionando interatividade do Judiciário com o cidadão, oportunizando informativos noticiosos e institucionais de interesse público, de caráter



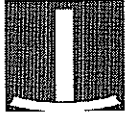
sócio-cultural, de alcance local e regional, através de ações que deverão ser desenvolvidas e/ou aptas pela empresa a ser contratada.

Destina-se também a atender a Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2.009, oportunizando o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, deste Poder.

**(12) Dos locais a serem instalados os equipamentos**

LOCAL	Nº DE TELAS	POLEGADAS	CPU	INSTALAÇÃO	VALOR TOTAL
<b>Tribunal de Justiça</b>					
Hall de entrada	2	42"	1	Teto	R\$ 3.000,00
Corredores	6	42"		Teto	R\$ 9.000,00
Ante-sala da presidência	1	42"		Parede	R\$ 1.500,00
<b>Total do TJ</b>	<b>9</b>		<b>1</b>		<b>R\$ 13.500,00</b>
<b>Fórum de Goiânia</b>			<b>2</b>		
Entrada	2	42"		Teto	R\$ 3.000,00
Corredores	8	42"		Teto	R\$ 12.000,00
Gabine dos elevadores	6	17"		canto	R\$ 9.000,00
Espera de elevadores	3	42"		parede	R\$ 4.500,00
<b>Total do Fórum</b>	<b>19</b>		<b>2</b>		<b>R\$ 28.500,00</b>
<b>Prédio das Varas Criminais</b>			<b>1</b>		
Entrada	2	42"			R\$ 3.000,00
Corredores	6	42"			R\$ 9.000,00
Gabine dos elevadores	5	17"			R\$ 7.500,00
Espera dos elevadores	5	42"			R\$ 7.500,00
<b>Total Prédio das Varas Criminais</b>	<b>18</b>		<b>1</b>		<b>R\$ 27.000,00</b>
<b>Fórum de Aparecida de Goiânia</b>			<b>2</b>		
Entrada	2	42"		Teto	R\$ 3.000,00
Corredores	6	42"		Teto	R\$ 9.000,00
<b>Total Fórum de Aparecida</b>	<b>8</b>		<b>2</b>		<b>R\$ 12.000,00</b>
<b>Fórum Criminal e Juizados Especiais de Aparecida de GNA</b>			<b>1</b>		
Entrada	2	42"		Teto	RS3.000,00
Corredores	6	42"		Teto	R\$ 9.000,00
<b>Total Fórum Criminal de Aparecida</b>	<b>8</b>		<b>1</b>		<b>R\$ 12.000,00</b>
<b>Fórum de Anápolis</b>			<b>1</b>		
Entrada	2	42"		Teto	R\$ 3.000,00
Corredores	10	42"		Teto	R\$ 15.000,00





tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

93

Gabinetes dos Elevadores	2	17"		Canto	R\$ 3.000,00
Espera dos elevadores	1	42"		Parede	R\$ 1.500,00
<b>Total Fórum de Anápolis</b>	<b>15</b>		<b>1</b>		<b>R\$ 22.500,00</b>
<b>Total Painéis</b>	<b>77</b>				<b>R\$ 115.500,00</b> <b>Mensais</b>

Goiânia, 1º de dezembro de 2010.

  
ROGÉRIO JAYME  
Pregoeiro